



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 39.533/2023

Documento de Formalização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação da empresa Nacional Treinamentos para inscrição do serv. Gonsalo A. Ribeiro no curso "Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em Licitações e Contratações"

1.2 Unidade Demandante

Unidade	DG - Direção-Geral	Data	12/12/2023
Responsável pela demanda	Gonsalo André Agostini Ribeiro		

1.3 Vinculação ao Plano Anual de Contratações

Item do plano: 14 - Outros serviços terceirizados

1.4 Valor Estimado

R\$2.890,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Necessidade de atualização do servidor sobre a Lei n. 14.133/2021 - nova lei de licitações e contratos administrativos. O objetivo deste curso é capacitar agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/21, com enfoque nas diferenças em relação à legislação anterior e destaque para os impactos, implicações e responsabilidades da nova legislação, visando sua correta implementação e adequação dos processos licitatório.

2.2 Resultados Esperados

Que o servidor a ser capacitado tenha seus conhecimentos e habilidades para a condução dos procedimentos licitatórios e de contratação, incrementados de modo a atuar de forma mais eficiente, eficaz, econômica e segura em tais processos.

2.3 Alinhamento Estratégico

OEPI2 e SGP3

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☐ Menos de 1 ano ☒ De 1 a 3 anos ☐ Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

☐ 1 unidade ☐ 2 unidades ☐ 3 unidades ☒ Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Gonsalo André Agostini Ribeiro
Telefone	3707
E-mail	gonsalo@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Deise Ferreira Macedo
Telefone	3707
E-mail	deise@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

DG - Direção-Geral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

Em abril de 2021 foi publicada a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) que substitui a Lei nº 8.666/93, a Lei nº 10.520/2002 (Lei do pregão) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

A obrigatoriedade de sua aplicabilidade em todas as instâncias e esferas da Administração Pública do Brasil foi diferida para 2024. Mesmo assim, paulatinamente já ocorreram impactantes mudanças que precisam ser devidamente compreendidas principalmente por agentes públicos.

A nova legislação representa avanço em relação ao anterior regime geral de licitações e contratações públicas. Isso porque ela exige novos passos para a fase de planejamento, agrega diversas disposições oriundas de julgados dos Tribunais nacionais, experiências normativas anteriores, bem como lições doutrinárias, entre outras novidades.

Há também novas “ferramentas”, novos direitos para os fornecedores, novas competências para os agentes públicos e novas regras para as licitações e para os contratos administrativos.

Assim, se faz necessário que os servidores e gestores responsáveis pelos procedimentos de licitação e contratações do TRE-SC sejam capacitados e atualizados de forma consistente, com profissionais gabaritados para tanto, com vistas a dar maior segurança jurídica aos procedimentos licitatórios efetuados, bem como tornar os processos mais ágeis, eficientes e econômicos.

1.2. Definição e Especificação dos Requisitos da Solução

Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidor na temática “Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em: Licitações e Contratos de acordo com a Nova Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico (Dec. 10.024/2019) Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN65/2021, Dispensa Eletrônica (IN. 67/2020)”, nos dias 18, 19 e 20/12/2023, das 8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30, com carga horária total de 24 horas aula, ministradas de forma presencial, na cidade de Belém/PA, com fornecimento de certificado.

Empresa: Nacional Treinamentos

Razão Social: Nacional Treinamentos Eireli – ME

CNPJ: 09.380.282/0001-74

Período: 18, 19 e 20/12/2023

Carga horária: 24 horas

Formato: presencial

Servidor: 01 (um)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2.1. Requisitos Funcionais

A empresa contratada deverá possuir experiência na área a ser ministrada. A capacitação deverá ser desenvolvida em linguagem clara, com aulas expositivas e dialogadas, presenciais.

1.2.2. Requisitos Não Funcionais

Não se aplica a esta contratação.

1.2.3. Requisitos Externos

A capacitação deverá estar totalmente adequada às normas e melhores práticas vigentes.

1.3. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que esta capacitação contempla professor com experiência profissional e formação acadêmica na área do curso, conforme comprova o currículo a seguir:

1.4. Contratações Públicas Similares

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não há outros serviços disponíveis que atendam à demanda pretendida, nos exatos termos da atual necessidade, principalmente de disponibilidade de data e de requisitos dos ministrantes e do conteúdo programático.

1.6. Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não se aplica a esta contratação.

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados e dos Custos Totais da Demanda

Os custos totais da demanda são de **R\$ 2.890,00** utilizando-se o orçamento do item 14 – Outros Serviços Terceirizados –, constante Anexo I do Plano de Aquisições (valor de uma inscrição).

1.8. Escolha e Justificativa do Objeto

A capacitação ofertada pela empresa *Nacional Treinamentos* selecionada pelo setor requisitante (Direção-Geral), atende à demanda apresentada, pelas razões expostas no item 1.3 deste documento.

1.8.1. Descrição do Objeto

Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidor na temática “Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em: Licitações e Contratos de acordo com a Nova Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico (Dec. 10.024/2019) Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN65/2021, Dispensa Eletrônica (IN. 67/2020)”, nos dias 18, 19 e 20/12/2023, das 8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30, com carga horária total de 24 horas aula, ministradas de forma presencial, na cidade de Belém/PA, com fornecimento de certificado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

MÓDULO I – VISÃO GERAL DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (14.133/2021)

Introdução e síntese das inovações da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Da visão geral da nova lei de licitações
 Considerações iniciais
 Abrangência federativa e normas gerais
 Aplicação
 Princípios da licitação
 Principais mudanças e impactos para os municípios
 Dos agentes públicos
 Agente de contratação: definição e requisitos para o desempenho das funções
 Do processo licitatório
 Objetivos do processo licitatório
 Modalidades de licitação
 Dos modos de disputa
 Modos de disputa para as modalidades: aberto e fechado
 Critérios de julgamento
 Do processo de contratação direta
 Dispensa de licitação
 Inexigibilidade de licitação
 Dos procedimentos auxiliares
 Da alocação de riscos
 Matriz de Risco
 Controles Internos
 Dos contratos administrativos
 Formalização e ampliação da vigência dos contratos
 Contratos de eficiência
 Das sanções e dos crimes em licitações e contratos administrativos
 Sanções e realocação dos crimes da legislação para o Código Penal
 Do aperfeiçoamento da governança pública
 Compliance público e a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
 Atualização tecnológica na condução dos processos de contratação

MÓDULO II – PREGÃO ELETRÔNICO

Apresentação
 Fase Externa ou Executória
 Publicidade do Edital
 Impugnação, Esclarecimentos do Edital e Recebimento das Propostas e da Documentação de Habilitação
 Esclarecimentos e Impugnação do Edital
 Análise das propostas
 Critérios de Julgamento das Propostas
 Análise das propostas iniciais
 Suspensão da sessão
 Participação da área demandante na sessão pública
 Fase de Lances
 Desconexão do Sistema na Etapa de Lances
 Modos de Disputa- Aberto e Aberto e fechado
 Diferença entre os modos de disputa
 Critérios de Desempate
 Aceitação das Propostas
 Negociação da Proposta
 Verificação da Habilitação ou Inabilitação dos Licitantes
 Manifestação da Intenção de Recurso
 Fase Recursal
 Adjudicação do Objeto ao Licitante Vencedor
 Homologação do Processo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Revogação e Anulação

MÓDULO III – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conceito

Características

Usar qual modalidade?

Da Intenção de Registro de Preços

Fase do Planejamento no Sistema de Registro de Preços – Atribuições do Órgão Gerenciador e do(s)

Órgão(s) Participante(s)

O Edital para SRP

A Ata de Registro de Preços

Alterações na ata de registro de preço

Prazo de validade

Formação de Cadastro de Reserva

Cancelamento do Registro do Fornecedor

MÓDULO IV -TERMO DE REFERÊNCIA E MEMORIAL DESCRITIVO

Visão sistêmica das contratações públicas

Sínteses dos Procedimentos das Contratações Pública

Elaboração do Instrumento Convocatório

Controle preventivo da área jurídica

Publicação

Procedimento Licitatório

Contrato, Execução e Controle

Normas sobre licitações – Modalidades e tipos

Tipos Licitatórios

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Termologia do Projeto Básico e Termo de Referência

Importância: Base para um bom edital

Responsabilidade pela Elaboração e Necessidade de Aprovação

Elementos do projeto básico ou termo de referência

Definição do objeto

Justificativa

Especificação do objeto

Detalhamento

Parcelamento X Fracionamento de Itens e lotes

Amostra ou Prova de Conceito

Vistoria (Visita Técnica)

Responsabilidade das partes

Estimativa de Custos (Pesquisa de Mercado)

Elaboração de Orçamento de Referência para Obras e Serviços de Engenharia

Cronograma Físico-Financeiro

Condições de Recebimento

Critérios de escolha da proposta

Definição da Empreitada

Prazo de execução ou prazo de entrega

Vigência dos Contratos

Procedimentos de Gerenciamento e Fiscalização

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Garantias

Sanções Administrativas

Diretrizes para elaboração do projeto básico (PB) ou termo de referência (TR)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

MÓDULO V – PLANILHA DE CUSTOS, FORMAÇÃO E PESQUISA DE PREÇOS

Introdução

Fundamentação Legal da Pesquisa de Preços

Função da Pesquisa de Preços

Consequências para a Administração da ausência da Pesquisa de Preços

Avaliação da Pesquisa de Preços

Principais erros na realização da Pesquisa de Preço

Principais dúvidas sobre a Pesquisa de Preços

Como fazer uma Pesquisa de Preços eficiente

Exercícios práticos, incluindo o preenchimento de uma planilhas de custos e formação de preços, de forma completa.

MÓDULO VI – DISPENSA ELETRÔNICA

Licitação como regra

Cotação eletrônica x dispensa eletrônica

Dever de licitar

Licitações x contratações diretas

Caminho das contratações

Competência para legislar

Dispensa eletrônica- o que é?

Fundamento legal

Quando utilizar

Vantagens da dispensa eletrônica

É obrigatório?

Tipos de transferências

Fracionamento

Fracionamento na dispensa por valor

Procedimento

Quem conduzirá?

Procedimentos preparatórios

Divulgação no SISG

O que é SISG

Procedimento

Fracionamento

Como os fornecedores são informados da dispensa eletrônica?

Credenciamento e participação

É necessário ser credenciado no SICAF?

Parametrização do sistema

Abertura e procedimento dos lances

Do julgamento

Documentação

Habilitação

Processo deserto ou fracassado?

Adjudicação e homologação

Sanções

Apresentação das etapas

Questões relevantes

Existe edital?



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.8.2. Alinhamento do Objeto

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	Objetivo estratégico OEPI2 - Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional Ação/Iniciativa estratégica INI 33 - Capacitar e desenvolver juízes eleitorais, gestores e servidores
PLS	Não se aplica a esta contratação
Instrumentos Estratégicos Setoriais (Planejamento Estratégico da SGP)	OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento organizacional OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho

1.8.3. Benefícios Esperados

Com a realização da respectiva ação de capacitação, espera-se que ocorra o desenvolvimento e ampliação das competências relacionadas aos trabalhos inerentes aos procedimentos de licitações e contratações públicas, tornando-os juridicamente mais seguros, econômicos, eficazes e eficientes.

1.8.4. Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Curso	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidores na temática “Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em: Licitações e Contratos de acordo com a Nova Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico (Dec. 10.024/2019) Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN65/2021, Dispensa Eletrônica (IN. 67/2020)”, nos dias 18, 19 e 20/12/2023, das 8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30, com carga horária total de 24 horas aula, ministradas de forma presencial	1 (uma) inscrição	1 (uma) inscrição

1.9. Adequação do Ambiente

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Orçamento Estimado

Os custos totais da demanda são de R\$ 2.890,00 utilizando-se o orçamento do item 14 – Outros Serviços Terceirizados –, constante Anexo I do Plano de Aquisições (valor de uma inscrição).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2. Sustentação de Contrato

2.1. Recursos Materiais e Humanos

Não preenchido em razão do valor da contratação.

2.2. Continuidade do Fornecimento

Não preenchido em razão do valor da contratação.

2.3. Transição Contratual

Não preenchido em razão do valor da contratação.

2.4. Estratégia de Independência Tecnológica

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3. Estratégia para Contratação

3.1. Natureza do Objeto

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.2. Parcelamento e Adjudicação do Objeto

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.3. Modalidade e Tipo de Licitação

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.4. Classificação e Indicação Orçamentária

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.5. Vigência da Garantia e da Prestação de Serviço

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3.6. Gestor da Contratação

Não preenchido em razão do valor da contratação.

4. Análise de Riscos

Não preenchido em razão do valor da contratação.

5. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos Estudos Preliminares e considerando que se trata de ação de capacitação essencial, a equipe de planejamento considera a contratação viável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo A - Dados da empresa/profissional a ser contratado

#	Nome
1	Nome: Nacional Treinamentos Site na web: www.nacionaltreinamentos.com.br Telefone: (85) 4042- 2452 (85) 98933- 0489 Email: contato@nacionaltreinamentos.com.br Contato: Francilene Tavares



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa visando à capacitação e atualização do servidor Gonsalo André Agostini Ribeiro, em “Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em: Licitações e Contratos de acordo com a Nova Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico (Dec. 10.024/2019) Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN65/2021, Dispensa Eletrônica (IN. 67/2020)”, nos dias 18, 19 e 20/12/2023, das 8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30, com carga horária total de 24 horas aula, ministradas de forma presencial, na cidade de Belém/PA

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade de atualização do servidor sobre a Lei n. 14.133/2021 - nova lei de licitações e contratos administrativos. O objetivo deste curso é capacitar agentes públicos quanto às inovações trazidas pela Lei 14.133/21, com enfoque nas diferenças em relação à legislação anterior e destaque para os impactos, implicações e responsabilidades da nova legislação, visando sua correta implementação e adequação dos processos licitatório.

2.2. Objetivos e Benefícios

Que o servidor a ser capacitado tenha seus conhecimentos e habilidades para a condução dos procedimentos licitatórios e de contratação, incrementados de modo a atuar de forma mais eficiente, eficaz, econômica e segura em tais processos.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	Objetivo estratégico OEPI2 - Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional Ação/Iniciativa estratégica INI 33 - Capacitar e desenvolver juízes eleitorais, gestores e servidores
PLS	Não se aplica a esta contratação
Instrumentos Estratégicos Setoriais (Planejamento Estratégico da SGP)	OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento organizacional OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Anexados ao PAE n. 39.533/2023

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
-----	---------	------------------	-----------------------------



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1	Contratação de empresa visando à capacitação e atualização de servidores na temática “Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em: Licitações e Contratos de acordo com a Nova Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico (Dec. 10.024/2019) Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN65/2021, Dispensa Eletrônica (IN. 67/2020)”, nos dias 18, 19 e 20/12/2023, das 8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30, com carga horária total de 24 horas aula, ministradas de forma presencial	1 inscrição	1 inscrição
---	--	-------------	-------------

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Curso: Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em: Licitações e Contratos de acordo com a Nova Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico (Dec. 10.024/2019) Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN65/2021, Dispensa Eletrônica (IN. 67/2020)

Empresa: Nacional Treinamentos

Razão Social: Nacional Treinamentos Eireli – ME

CNPJ: 09.380.282/0001-74

Período: 18, 19 e 20/12/2023

Carga horária: 24 horas

Formato: presencial

Servidores: Gonsalo André Agostini Ribeiro

Custo total: R\$ 2.980,00

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

MÓDULO I – VISÃO GERAL DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (14.133/2021)

Introdução e síntese das inovações da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Da visão geral da nova lei de licitações

Considerações iniciais

Abrangência federativa e normas gerais

Aplicação

Princípios da licitação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Principais mudanças e impactos para os municípios

Dos agentes públicos

Agente de contratação: definição e requisitos para o desempenho das funções

Do processo licitatório

Objetivos do processo licitatório

Modalidades de licitação

Dos modos de disputa

Modos de disputa para as modalidades: aberto e fechado

Critérios de julgamento

Do processo de contratação direta

Dispensa de licitação

Inexigibilidade de licitação

Dos procedimentos auxiliares

Da alocação de riscos

Matriz de Risco

Controles Internos

Dos contratos administrativos

Formalização e ampliação da vigência dos contratos

Contratos de eficiência

Das sanções e dos crimes em licitações e contratos administrativos

Sanções e realocação dos crimes da legislação para o Código Penal

Do aperfeiçoamento da governança pública

Compliance público e a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Atualização tecnológica na condução dos processos de contratação

MÓDULO II – PREGÃO ELETRÔNICO

Apresentação

Fase Externa ou Executória

Publicidade do Edital

Impugnação, Esclarecimentos do Edital e Recebimento das Propostas e da Documentação de Habilitação

Esclarecimentos e Impugnação do Edital

Análise das propostas

Critérios de Julgamento das Propostas

Análise das propostas iniciais

Suspensão da sessão

Participação da área demandante na sessão pública

Fase de Lances

Desconexão do Sistema na Etapa de Lances

Modos de Disputa- Aberto e Aberto e fechado

Diferença entre os modos de disputa

Critérios de Desempate

Aceitação das Propostas

Negociação da Proposta

Verificação da Habilitação ou Inabilitação dos Licitantes

Manifestação da Intenção de Recurso

Fase Recursal

Adjudicação do Objeto ao Licitante Vencedor

Homologação do Processo

Revogação e Anulação

MÓDULO III – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conceito

Características



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Usar qual modalidade?

Da Intenção de Registro de Preços

Fase do Planejamento no Sistema de Registro de Preços – Atribuições do Órgão Gerenciador e do(s) Órgão(s) Participante(s)

O Edital para SRP

A Ata de Registro de Preços

Alterações na ata de registro de preço

Prazo de validade

Formação de Cadastro de Reserva

Cancelamento do Registro do Fornecedor

MÓDULO IV -TERMO DE REFERÊNCIA E MEMORIAL DESCRITIVO

Visão sistêmica das contratações públicas

Sínteses dos Procedimentos das Contratações Pública

Elaboração do Instrumento Convocatório

Controle preventivo da área jurídica

Publicação

Procedimento Licitatório

Contrato, Execução e Controle

Normas sobre licitações – Modalidades e tipos

Tipos Licitatórios

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Terminologia do Projeto Básico e Termo de Referência

Importância: Base para um bom edital

Responsabilidade pela Elaboração e Necessidade de Aprovação

Elementos do projeto básico ou termo de referência

Definição do objeto

Justificativa

Especificação do objeto

Detalhamento

Parcelamento X Fracionamento de Itens e lotes

Amostra ou Prova de Conceito

Vistoria (Visita Técnica)

Responsabilidade das partes

Estimativa de Custos (Pesquisa de Mercado)

Elaboração de Orçamento de Referência para Obras e Serviços de Engenharia

Cronograma Físico-Financeiro

Condições de Recebimento

Critérios de escolha da proposta

Definição da Empreitada

Prazo de execução ou prazo de entrega

Vigência dos Contratos

Procedimentos de Gerenciamento e Fiscalização

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Garantias

Sanções Administrativas

Diretrizes para elaboração do projeto básico (PB) ou termo de referência (TR)

MÓDULO V – PLANILHA DE CUSTOS, FORMAÇÃO E PESQUISA DE PREÇOS

Introdução

Fundamentação Legal da Pesquisa de Preços

Função da Pesquisa de Preços

Consequências para a Administração da ausência da Pesquisa de Preços



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Avaliação da Pesquisa de Preços

Principais erros na realização da Pesquisa de Preço

Principais dúvidas sobre a Pesquisa de Preços

Como fazer uma Pesquisa de Preços eficiente

Exercícios práticos, incluindo o preenchimento de uma planilha de custos e formação de preços, de forma completa.

MÓDULO VI – DISPENSA ELETRÔNICA

Licitação como regra

Cotação eletrônica x dispensa eletrônica

Dever de licitar

Licitações x contratações diretas

Caminho das contratações

Competência para legislar

Dispensa eletrônica- o que é?

Fundamento legal

Quando utilizar

Vantagens da dispensa eletrônica

É obrigatório?

Tipos de transferências

Fracionamento

Fracionamento na dispensa por valor

Procedimento

Quem conduzirá?

Procedimentos preparatórios

Divulgação no SISG

O que é SISG

Procedimento

Fracionamento

Como os fornecedores são informados da dispensa eletrônica?

Credenciamento e participação

É necessário ser credenciado no SICAF?

Parametrização do sistema

Abertura e procedimento dos lances

Do julgamento

Documentação

Habilitação

Processo deserto ou fracassado?

Adjudicação e homologação

Sanções

Apresentação das etapas

Questões relevantes

Existe edital?

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.11. Seleção do Fornecedor

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que esta capacitação contempla professores renomados, de reconhecida competência e experiência profissional e formação acadêmica na área do curso, conforme informações constantes no currículo eletrônico disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5722065732003491>

2.11.1. Critérios de Habilitação

A empresa deverá apresentar regularidade fiscal (junto à Receita Federal e ao FGTS) e trabalhista (junto à Justiça do Trabalho – CNDT).

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Não se aplica a esta contratação.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, combinado com o art. 13, VI, da Lei n. 8.666/1993.

2.13. Impacto Ambiental

Curso será realizado fora das dependências do TRE-SC.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16. Obrigações da Contratante

O contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover a gestão deste Contrato por meio de seus representantes, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste Projeto Básico.

2.17. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estabelecidos neste Projeto Básico e na proposta comercial, que constará do PAE n. 39.533/2023;
- b) desenvolver o conteúdo do programa e material didático segundo metodologia e conteúdo programático especificado em sua proposta;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta; e
- d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 39.533/2023/2023.

2.18. Custo estimado da contratação

Os custos totais da demanda são de R\$ 2.890,00 utilizando-se o orçamento do item 14 – Outros Serviços



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Terceirizados –, constante Anexo I do Plano de Aquisições (valor de uma inscrição).

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme item 2.8

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

17663

3.1.3. Vigência

A contratação terá vigência a partir do recebimento da nota de empenho pela contratada até o recebimento definitivo do objeto.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 12 de dezembro de 2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Direção-Geral manterá contato com a Contratada durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços prestados.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

O acompanhamento dos serviços será feito pelos gestores da contratação (DG). Caso seja constatada falha na execução, os gestores comunicarão o fato à Contratada, para fins de solução dos problemas. Se, após notificação, a Contratada não adotar as providências necessárias à correção das falhas verificadas, os gestores da contratação comunicarão a ocorrência à Secretaria de Administração e Orçamento, para resolução do problema e eventual aplicação de penalidade.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A capacitação para 1 servidor, relativa ao curso “Formação Para Agentes de Contratações Públicas (Pregoeiros) Com Foco em: Licitações e Contratos de acordo com a Nova Lei 14.133/2021, Pregão Eletrônico (Dec. 10.024/2019) Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN65/2021, Dispensa Eletrônica (IN. 67/2020)”, que deverá ser realizada de 18, 19 e 20/12/2023, das 8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30, com carga horária total de 24 horas aula, ministradas de forma presencial, na cidade de Belém/PA.

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho para formalização da contratação, conforme o art. 62 da Lei n. 8.666/1993.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Os gestores da contratação serão os servidores da Direção-Geral, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Serão realizados, após a finalização da capacitação com o cumprimento da carga horária e programa:

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento deve ser efetuado em 1 (uma) parcela no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil e oitocentos e noventa reais), após o cumprimento de todas as obrigações pela contratada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico dg-gab@tre-sc.jus.br.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.2. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.1.4.

1.11.3. A sanção estabelecida na alínea “c” do subitem 1.11.2 é de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor dos serviços em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.4.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.4, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.4.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.5. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.2, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.6. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.6.1. Transcorrido in albis o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.6.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.2 exaure-se a esfera administrativa.